

Nova Friburgo, 07 de março de 2022.

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**Gestão de Processos, Contratos e Convênios**  
Sra. Ceres Lourenço Teixeira

2138/22	
DATA	07 / 03 / 22
FOLHAS Nº	16 RUBRICA <i>Rul</i>

**Assunto:** Resposta ao solicitado em despacho ref.: P.A 2138/2022 -  
Impugnação Andrea Alves da Silva

Prezada,

Após análise das alegações das empresas impugnante esclarecemos o que segue:

Esta unidade requisitante tem o conhecimento no que diz respeito a finalidade e da necessidade daquilo ao qual é requisitado, visando oferecer um serviço de saúde de qualidade aos usuários.

Entretanto não possuímos profissional na Unidade com conhecimento específico e técnico a respeito de licenças obrigatórias.

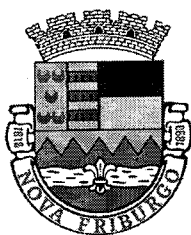
É implícito quando se solicita algum serviço, insumo ou equipamento, ainda mais quando estamos em âmbito público, que as empresas interessadas em participar de certames atendam minimamente os protocolos e requisitos que garantam qualidade e segurança.

Imperioso observar que no caso concreto, o objeto abrange serviço para toda a Secretaria de Saúde, fazendo-nos crer que ultrapassa a alçada administrativa da Subsecretaria de Atenção Hospitalar em emitir parecer no caso concreto.

Não obstante ao acima exposto, por tratar-se de assunto atinente a Subsecretaria de Vigilância em Saúde mais especificamente à área de atuação da Vigilância Sanitária, consideramos, s. m. j. o envio das impugnações àquela Subsecretaria para avaliação técnica do pleito.



Leslie da Conceição Moura  
Matrícula 207520  
Subsecretário de Atenção Hospitalar



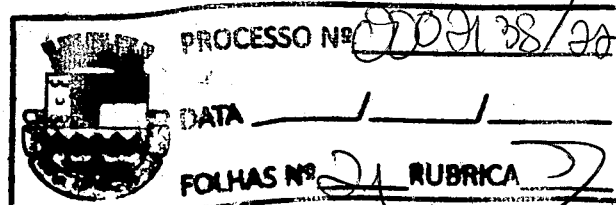
**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E**

Nova Friburgo, 15 de março de 2022.

**De:** Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária  
Humberto Rodrigues Delegave Moura

**Para:** Secretaria Municipal de Saúde  
Nicole Ribeiro Lessa Cipriano



**PA nº 002138/2022, quanto ao questionamento da empresa referente ao processo de Dedetização que se encontra suspenso o pregão tendo em vista a impugnação ofertada.**

Prezada Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, venho encaminhar a V.Sa. O parecer da Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária em resposta as folhas 18 e 19 acostadas no processo.

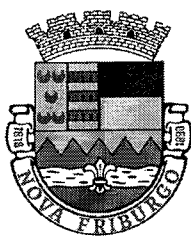
CONSIDERANDO; a RESOLUÇÃO - RDC Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009; Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

Art. 2º Este regulamento possui o objetivo de estabelecer diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfetante.

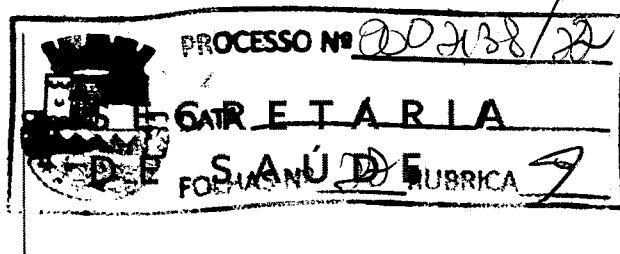
Art. 4º Para efeito deste regulamento técnico são adotadas as seguintes definições:

I - licença sanitária ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário competente;

Art. 5º A empresa especializada somente pode funcionar depois **de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



§1º A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

Art. 6º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa Especializada.

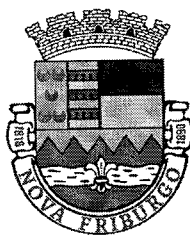
CONTINUANDO; a RESOLUÇÃO -RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

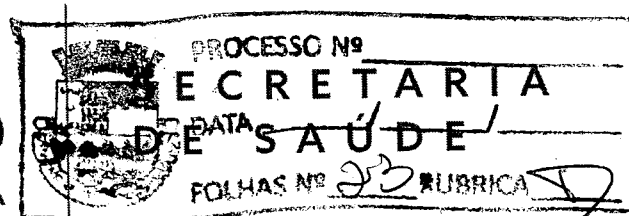
Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições: III – Autorização Especial (AE): ato de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes desta Resolução; VI - distribuidor ou **comércio atacadista**: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades; Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Art. 10. Os critérios para o peticionamento, o recolhimento de taxa e as atividades.

inerentes a cada tipo de AFE e AE estão estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006.

§ 1º A AFE deve ser peticionada por cada empresa que realiza atividades com



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, utilizando-se o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz da empresa, e é extensiva a todos os estabelecimentos filiais.

A apresentação da AFE deverá ser feito durante o processo de licenciamento sanitário da empresa junto a Vigilância Sanitária do município de instalação.

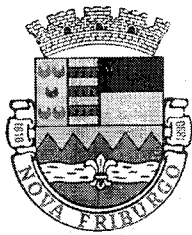
Em atendimento a legislação vigente, visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor entende esta especializada que deverão ser solicitadas as licenças junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

Era o que continha informar.

Nossos elevados protestos de estima e consideração, subscrevo-me

Atenciosamente,

**Humberto Rodrigues Delegave Moura**  
**Coordenador de Vigilância e Fiscalização Sanitária**  
**Mat. 207854**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

Processo n.º 0138 - 22

Data: 14/06/2022

Folhas n.º 32 Rúbrica: [assinatura]

**S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E**

Nova Friburgo, 14 de junho de 2022.

**De:** Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária  
Humberto Rodrigues Delegave Moura

**Para:** Secretaria Municipal de Saúde  
Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

**PA n° 002138/2022**

Prezada Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, reitero o parecer desta Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária; acostado folhas 21 a 24 nos autos.

CONSIDERANDO; a RESOLUÇÃO - RDC N° 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009; Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

Art. 5º A empresa especializada somente pode funcionar depois **de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.**

Art. 6º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa Especializada.

A apresentação ou não da AFE deverá ser analisada durante **do processo de licenciamento sanitário da empresa, junto a Vigilância Sanitária do município de instalação**; de acordo com a RDC16/2014, atividade desempenhada pela empresa (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) CNAE.

Em atendimento a legislação vigente, visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor entende esta especializada que **deverão ser solicitadas as licenças junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital.**

Era o que continha informar.

Nossos elevados protestos de estima e consideração, subscrevo-me

Atenciosamente,

**Humberto Rodrigues Delegave Moura**  
Mat. 111769